



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



PARECER DO CONTROLE INTERNO/2024

Nº-041/2024 – CI/PMSDA.

Requerente: Comissão de Contratação

EDMILSON ALVES SANCHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Travessa José Vieira, 24, Centro, Município de São Domingo do Araguaia, Estado do Pará, responsável pelo Controle Interno do Município de **SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA**, nomeado nos termos da **PORTARIA Nº 579/2025**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do §1º do Art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 fevereiro de 2014, Decreto Municipal nº 186 de 08 de janeiro de 2024, que analisou integralmente o **processo licitatório nº 7/2025-02/FME**, referente a **MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO (FORMATO ELETRÔNICO)**, objeto: **AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS ZERO KM, PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DIÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA.**

APRECIAÇÃO:

Chegou a esta Diretoria do Controle Interno, para manifestação de visibilidade de parecer a legalidade, ao processo licitatório nº 7/2025 – 02/FME, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO (FORMATO ELETRÔNICO)**, **Processo Administrativo interno: 029/2025 – SERPLAN**, **Requerente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, que tem como objeto: **AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS ZERO KM, PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DIÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA.**

Dessa forma, o presente parecer tem como objetivo a análise técnica inicial do feito, verificando se os procedimentos à realização da dispensa foram dotados de legalidade, respeitando os princípios da administração pública.

Nos autos do processo consta Ofício nº 0345/2025 - FME, Secretário Municipal de Educação, solicitando a Excelentíssima Sra. Prefeita Municipal, autorização para realização de Procedimento Administrativo descrito acima, **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD (nº 20250313017 Fundo Municipal de Educação)**, **AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (Prefeita**



Municipal), TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (Secretário Municipal de Planejamento), PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 659/2025-GAB/PMSDA (Nomeando equipe de Planejamento das Contratações nos termos da Lei nº 14.133/2021 e dá outras providências), Ofício nº 100/2025 – SETOR DE COMPRAS (Encaminhando as pesquisas de preços em obediência ao que preceitua a Lei nº 14.133/2021, Artigo 23 § 1º). ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO, MAPA DE RISCO A CONTRATAÇÃO, TERMO DE REFERÊNCIA (Especificações mínimas e quantitativos), DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE INFORMANDO A EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (NOS TERMOS DO ART. 18, CAPUT, DA Lei nº 14.133/2021), DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (Inciso II, Art. 16, Lei Complementar nº 101/2000), AUTORIZAÇÃO (Gestor do Fundo Municipal de Educação, autorizando a realização do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação), PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 672/2025-GAB/PMSDA (Nomeando os servidores para atuar como agentes de contratação e integrar a Comissão de Contratação nos procedimentos de Contratações regidos pela Lei nº 14.133/2021), TERMO DE AUTUAÇÃO (Comissão Permanente de Contratações), MINUTA DE ATO CONVOCATÓRIO (Aviso de Dispensa ELETRÔNICA nº 7/2025-02/FME, Processo Administrativo nº 029/2025 - SERPLAN), MINUTA DE CONTRATO, PARECER JURIDICO e DESPACHO AO CONTROLADOR INTERNO.

JUSTIFICATIVA:

A aquisição das motocicletas, atenderá as necessidades e deficiências na área de transporte rodoviário da Secretaria Municipal de Educação, garantindo atendimento ao Setor Municipal de Alimentação Escolar Sema e Escolas da Rede Municipal com ações de locomoção mais rápida e eficiente de servidores da Secretaria Municipal de Educação para com as escolas da rede de ensino urbana e também rural.

No meio rural, a estratégia abrange a inclusão de alunos na rede de ensino, objetivando garantir o acesso a políticas públicas. A intenção é a de promover a inclusão levando melhor serviço com qualidade com o objeto de estruturar a produção, viabilizar a locomoção dos servidores às escopas municipais e disponibilidade do acesso à educação com mais eficiência.

Para que as ações ocorram a contento, se faz necessário fortalecer a estrutura operacional da Secretaria Municipal de Educação como forma de proporcionar condições para potencializar os serviços.

Diante do embasamento, exposição, e urgências, e ainda ao que nos referimos aos trâmites necessários, solicitamos a Secretaria de Planejamento a abertura de Processo Licitatório para fins de aquisição de duas (02) motocicletas zero quilômetro.



DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei Federal nº 14.133 de 2021, com fulcro no art. 75, II, Decreto Municipal nº 186 de 08 de janeiro de 2024, respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

Lei nº 14.133/2021

Art. 75

É dispensável a licitação:

(...)

II – Para contratação que envolva valores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Considerando, ainda, que o Decreto nº 12.343/24 atualizou os valores estabelecidos pela 14.133/21, modificando o valor previsto no art. 75, inciso II para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

No dia 20 de maio de 2025, a procuradoria Jurídica emite parecer: “Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, manifestando pela legalidade do processo de contratação direta, mediante dispensa de licitação, encontra amparo jurídico nos termos da Lei 14.133/2021, notadamente em razão do valor do serviço (Art. 75, II), que se mantém dentro do limite legal, e do cumprimento dos requisitos normativos exigidos para o procedimento. Inclusive da minuta do Aviso de Contratação Direta, para aquisição/contratação de bens/serviços, por meio de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do FEITO. Conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta assessoria jurídica, nos termos do Enunciado MBP nº 5, da AGU.

Conforme demonstra o **TERMO DE REFERÊNCIA**, ante a estimativa de despesa, o preço máximo total para aquisição, **foi inferior ao limite legal estabelecido para modalidade escolhida**, demonstrando compatibilidade com os preços praticados no mercado. Portanto, a contratação direta proposta, mediante dispensa de licitação, encontra respaldado no art. 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.

Diante do exposto, analisada a íntegra do processo de dispensa de licitação observa que este cumpre todos os requisitos legais estabelecidos pelo art. 72, inciso II



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



Diante do exposto, analisada a íntegra do processo de dispensa de licitação observa-se que este cumpre todos os requisitos legais estabelecidos pelo art. 72, inciso II da Lei 14.133/2021, os quais foram devidamente atendidos conforme o parecer Jurídico Favorável.

CONCLUSÃO:

Esta Diretoria do Controle Interno – DCI, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos autos procedimentais, conclui-se, que com base nas regras insculpidas pela Lei nº 14.133/21, e demais instrumentos legais correlatos, salvo melhor juízo, a Unidade de Controle Interno manifesta-se favorável, pelos motivos acima expostos, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas.

Sendo estas as considerações iniciais, retoma-se os autos à comissão de contratações para demais procedimentos cabíveis, **QUE O MESMO SEJA DADO PUBLICIDADE.**

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

É o parecer.

São Domingos do Araguaia (PA), 21 de maio de 2025.

Edmilson Alves Sanches
Diretor do Controle Interno
Portaria nº 579/2025 – GAB/PMSDA